

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 6 de novembro de 2023 - Ata n.º 107.

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelas Sr.ªs Deputados **Evandro Araújo** (na função de 1.º Secretário) e **Cloara Pinheiro** (na função de 2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **107.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à Deputada Cloara que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Cloara Pinheiro – PSD): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 106.ª Sessão Ordinária, de 31 de outubro de 2023.) É o que continha na Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ªs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Senhoras e Senhores, Deputados e Deputadas, na Sessão de hoje, por proposição do Deputado Luiz Claudio Romanelli, Presidente da Comissão de Orçamento, e do Relator, Deputado Evandro Araújo, temos a satisfação de realizar no Plenário desta Casa a Audiência Pública de Apresentação do Plano Plurianual – PPA 2024-2027 pelo Secretário de Estado e Planejamento, Deputado Guto Silva. Solicito aos Sr.ªs Deputados que queiram propor algum questionamento que se inscrevam aqui na Mesa ou através das assessorias. Registramos a presença na

Casa, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, do Desembargador Alexandre Barbosa Fabiani e, também, do Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa Neto; do Sr. Breno Lemos, Diretor de Planejamento; do Sr. Felipe Flessak, Diretor-Geral; da Sr.^a Márcia Cristina Rebonato do Valle, Diretora-Geral da Secretaria de Estado da Fazenda; da Sr.^a Ana Caroline Teixeira, Coordenadora da Defensoria Pública; da Sr.^a Daniely Andressa da Silva, Coordenadora de Relações Institucionais da Ocepar, representando aqui o Presidente da Ocepar, José Roberto Ricken; do Sr. Gilson Strechar, Vice-Presidente de Assuntos Tributários da Federação das Associações Comerciais e Empresariais, Faciap; do Sr. Diego Buligon, Diretor-Geral da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, representando a Secretária Leandre; do Sr. Rogério José Lorenzetti, Superintendente-Geral de Promoção do Equilíbrio Regional, do Sr. Wilson Bill, Vice-Presidente da Fiep, e Sr.^a Keli Guimarães, Superintendente-Geral de Desenvolvimento Econômico e Social.

Neste momento, declaro aberta a Audiência Pública de apresentação do Plano Plurianual para os exercícios de 2024-2027 da Secretaria de Estado do Planejamento. De imediato, concedo a palavra ao Deputado Romanelli, Presidente da Comissão de Orçamento, para que faça as exposições devidas e necessárias, já que o Poder Legislativo participou efetivamente da elaboração deste Plano Plurianual.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Muito obrigado, Presidente Traiano. Quero dizer que é uma honra podermos qualificar este debate e, como Presidente da Comissão de Orçamento, só posso agradecê-lo de poder fazer esta Audiência Pública em Plenário, para que possamos debater, buscando inovar com um orçamento participativo no Estado do Paraná. Então, agradeço muito esta possibilidade. Quero cumprimentar os demais membros da Mesa; o Secretário Estadual do Planejamento, Guto Silva, pelo trabalho em conjunto realizado; o nosso Relator da Comissão de Orçamento, Evandro Araújo, que tem feito um ótimo trabalho; Deputada Cloara Pinheiro; e Desembargador que está aqui representando o Tribunal de Justiça; assim como os demais que aqui se

encontram presentes. Bom, o que queria muito brevemente dizer, vamos dividir a minha fala e a do Deputado Evandro em duas partes aqui, para ser muito objetivos naquilo que estamos tratando. Temos duas leis fundamentais para a gestão pública que terão que ser votadas por este Parlamento até o final desta Sessão Legislativa; a primeira é o nosso PL n.º 825, que se trata do nosso Projeto de Lei que trata do Plano Plurianual do Paraná. Como todos sabem, o PPA firma as diretrizes daquilo que vamos fazer nos próximos quatro anos. Ao mesmo tempo, a nossa Lei Orçamentária Anual, nossa PLOA, que rege toda a administração pública no ano de 2024. Então, muito rapidamente, vou fazer aqui uma apresentação justamente no sentido do significado que o Plano Plurianual tem na administração pública, porque ele funciona como uma bússola para os investimentos que vamos fazer nos próximos quatro anos, ele define a estratégia da administração pública em relação à execução das políticas públicas, é um instrumento jurídico obrigatório para a União, para os Estados e Municípios, ao mesmo tempo em que estabelece diretrizes, metas e objetivos, o que faz com que possamos, nesse horizonte de quatro anos, trabalhar de uma forma muito bem articulada, ou seja, ele pega os próximos três anos do atual mandato e o primeiro do Governo seguinte. O PPA é estruturado em três níveis: os eixos, os programas e as ações orçamentárias. Bom, este PPA que foi enviado à Assembleia Legislativa é um PPA que trouxe uma inovação grande na medida em que a Secretaria de Planejamento, em parceria com a Secretaria da Fazenda, debruçaram-se sobre os grandes debates que a sociedade paranaense tem travado e, ao mesmo tempo, por um comum acordo entre a Assembleia Legislativa e a Secretaria de Planejamento, trouxemos uma inovação, que foi promover Audiências Públicas regionalmente, o que enriqueceu muito este trabalho que foi realizado pela equipe técnica liderada pelo Secretário Guto Silva. Então, efetivamente, penso que, Deputados e Deputadas, teremos o nosso trabalho facilitado do ponto de vista daquilo que temos de expectativa da sociedade paranaense. Então, agora é o momento em que os Deputados e Deputadas se tornam os protagonistas deste debate e desta discussão, ouvida a sociedade, que foi inclusive com esta própria Audiência Pública, ainda há espaço para haver mais

interação. Além do que os Parlamentares, especialmente, poderão propor emendas ao PPA, que criem novas entregas, porque este PPA - vocês vão ouvir o Secretário Guto falar sobre ele -, ele tem marcações, é um PPA inovador também para a administração pública no Estado do Paraná, nunca foi feito um PPA com esta qualidade técnica, e as emendas fazem parte do processo legislativo regular e depois, claro, vão ser acolhidas aquelas que forem pertinentes, o trabalho do Relator, no caso o Deputado Evandro Araújo, com os demais membros da Comissão de Orçamento. Na verdade, a Comissão de Orçamento vai fazer toda esta análise daqui para frente. Então, é fundamental. Temos aqui toda uma parceria que envolve tanto o Planejamento quanto a Sefa, até para construir um sistema novo, estamos trabalhando já com o novo Siafi, o Evandro vai trazer uma novidade inclusive que foi trabalhada com a Mesa Diretora e com o Governador do Estado das emendas, que eram normalmente por anexo e agora vão servir também para poder de fato darmos efetividade de atendimento a entidades do setor privado, mas entidades sem fins lucrativos, especialmente em três áreas, mas depois o Deputado Evandro vai falar sobre este tema. Além do que, isso tudo faz com que possamos, com as emendas orçamentárias, ter uma melhor clareza em relação ao PPA. Bom, a minha parte é isso! Acho que o Deputado Evandro faz a próxima fase aqui, que ele vai falar um pouco sobre a nossa Lei Orçamentária, dizendo que este PPA tem um papel fundamental na nossa vida. Muitas vezes não conseguimos enxergar isso, mas o que está no PPA vai acontecer nos próximos anos. O que não está é um desafio depois incluí-lo, até por conta de que aqui estamos falando de um orçamento para os próximos quatro anos de aproximadamente R\$ 260 bilhões. Então, é um desafio grande que teremos pela frente. Passo a palavra, devolvo a palavra ao Presidente Traiano. Da minha parte, eu que agradeço muito a presença de todos e todas e que possamos dar sequência nesse debate.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não. Então, na sequência, o Deputado Evandro Araújo vai fazer também a exposição em relação aos dois Projetos que aqui estão na Casa. Acho que, Deputado Romanelli, seria já

importante tornar público os prazos. O Deputado Evandro fará isso? Ok. Então, Deputado Evandro, como Relator do Orçamento.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Presidente, o Secretário Guto Silva, os Deputados e Deputadas, o Desembargador. Na pessoa da Cloara, nossa Deputada Estadual, quero cumprimentar todas as mulheres. É muito importante estarmos, aqui, e o nosso Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Luiz Claudio Romanelli. Claro que é um momento em que tentamos, Márcia, que aqui também representa a Fazenda, popularizar mais este momento, dar mais acesso de informação aos Deputados e Deputadas. E chamar a atenção da sociedade, Presidente Traiano, para aquilo que é um momento importante da vida pública de um Estado, de uma organização, de uma Unidade da Federação. Precisáramos que isso acontecesse mais nos municípios, que pudéssemos aprender a falar mais de PPA, de Lei Orçamentária, e é essa a intenção do Deputado Luiz Claudio Romanelli quando faz esse esforço de trazer o debate de mais acesso, mais próximo dos Sr.^s e Sr.^{as} Deputados e Deputadas e de toda a sociedade. A Lei Orçamentária tem como objetivo estimar receita e autorizar a despesa da administração pública para o ano seguinte, de forma a garantir os recursos para as diversas políticas públicas previstas nos programas do PPA. Um diálogo, portanto, estreito entre a Lei Orçamentária e o PPA. O Projeto de Lei Orçamentário para 24 estima a receita e despesa da ordem de 68,7 bi – não vou ler o número exato -, mas 68,7 bi, 68,6 bi, quase 7 bi para o ano de 24. Estamos fazendo o destaque de que as receitas relativas à venda e da participação acionária da Copel não estão previstas na PLOA 24, dado que o projeto só estima receita e despesa em 24 e a receita decorrente da venda é de 23. Aqui está um demonstrativo, um resumo da receita e despesa, está no nosso orçamento fiscal, ali, o Orçamento do RPPS, o orçamento de investimento e o total, portanto, dos 6,6 bi para 24. Aqui um detalhamento da receita, toda a arrecadação de impostos, taxas, contribuições de melhorias. Vemos ali um incremento de 14,28% em relação a 23. Aqui está um detalhamento também da despesa, não vou entrar em detalhes. Vou chamar a atenção só para alguns aspectos bem pontuais. E a despesa por função. Vemos ali saúde, um

incremento também que dialoga com um incremento da arrecadação, um pouco mais; um investimento em saúde, a despesa com saúde para 24; educação, também tem um incremento. Tivemos uma revisão também e gerou um pouco mais de encargo com pessoal. Temos, então, uma despesa maior aqui de 14% também para 24. Temos uma prioridade do Governo, que é habitação. Esta Casa votou, inclusive, uma operação de crédito para o setor de habitação. Temos gestão ambiental, também estamos falando aqui desse incremento de 400 milhões para 760 milhões. Possivelmente, tenhamos aqui também aqueles investimentos que dialogam com aquela multa da Petrobras, aqueles recursos que devem começar a serem executados. As despesas dos Poderes previstas para 2024, que no geral dialogam também com o incremento que temos de receita, e a Defensoria Pública que ali chama atenção que tem um incremento maior da despesa prevista para 2024. Também vale a pena olharmos, prestarmos atenção, as despesas das Secretarias para 2024. A Secretaria de Educação – está tudo detalhado aqui. O que chama a atenção é um assunto que os Deputados cuidam bastante aqui na Casa também. Olha só, temos as despesas da Secretaria de Estado das Cidades. Deputado Tadeu, bem-vindo, o Deputado Federal Tadeu Veneri nos visitando aqui. Portanto, os investimentos, a despesa da Secretaria de Estado das Cidades, 33% menor em 24 do que em 23. Em contrapartida temos um incremento dessa despesa da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística, 31%, praticamente, uma compensação ali também da redução da despesa de uma Secretaria para o incremento na outra. Chamar a atenção que isso, talvez, se deva à questão de ainda estarmos com aquela fase de grande demanda para manutenção das rodovias, inclusive as rodovias que eram antes concessionadas. Mas quero chamar a atenção dos Deputados e Deputadas, inclusive alguns que nos acompanham dos gabinetes neste momento, que o Deputado Romanelli falou de uma inovação e vou explicar, agora, portanto. Para a LOA de 24, os Deputados poderão propor três tipos de emenda parlamentar: a emenda à despesa, a emenda ao conteúdo programático e a emenda ao texto. As emendas podem ser individuais ou coletivas. O que acontece de inovação? Foi feita uma tratativa do Presidente da Casa com o Líder do Governo, com o 1.º Secretário Alexandre Curi,

enfim, com um grupo de Deputados, justamente, e comigo e com o Deputado Luiz Claudio Romanelli, no sentido de que aquelas emendas que os Deputados todos os anos cadastravam, geralmente no valor de R\$ 1 milhão. Aquele trabalhão para cadastrar a emenda à despesa, Deputada Márcia Huçulak, todo ano vínhamos fazendo isso, cadastrando ao longo de tanto tempo. No entanto, não havia um desdobramento prático na execução dessas emendas. Claro que os Deputados vão fazer as suas negociações políticas e tratativas, no entanto, ficava uma coisa vazia. Era R\$ 1 milhão que tínhamos ali praticamente e não tinha a confirmação de que seria executado ou não. Agora, em uma tratativa preliminar - obviamente isso é fruto de acordo, é fruto de um diálogo do Executivo com o Legislativo no sentido de que, pelo menos, essas emendas da ordem de R\$ 1 milhão sejam fielmente executadas pela Chefia do Poder Executivo, nas suas diversas pastas. Então, temos aqui a emenda à despesa, que cancela recursos de uma despesa orçamentária para poder suplementar despesa de igual valor em outra ação orçamentária, que é dessa que estou falando. A emenda ao conteúdo programático, que altera as entregas e suas destinações das ações orçamentárias. É um pouquinho mais técnica essa questão da emenda ao conteúdo programático. Ela deve dialogar com aquilo que fazemos, que apresentamos de alteração na despesa. O ideal seria irmos lá e fazer a emenda que dialogasse na proporção daquilo que realizamos de emenda à despesa. E a emenda ao texto da lei consiste em sugestões de alteração no texto do projeto. Chamar a atenção para as emendas coletivas, que geralmente as emendas coletivas versam sobre investimentos de um volume maior. Temos os Deputados que, por exemplo, querem fazer uma obra de rodovia, uma obra de duplicação, uma obra de viaduto ou quer um investimento lá para o hospital tal, e aí um grupo de Deputados se reúne e assina uma proposta coletiva de emenda. Isso fica no anexo, fica no anexo do orçamento. Temos que, obviamente, negociar politicamente isso com o Governo. Vamos colocar no texto uma autorização para que isso aconteça, caso o Governo entenda a prioridade, mas é uma forma dos Deputados dizerem para o Poder Executivo, os Deputados e Deputadas dizerem: *Olha, gostaríamos desses e daqueles investimentos ao longo do ano de 2024.*

Sempre reunimos um grupo de dois, três, quatro Deputados para poderem assinar emendas em conjunto, emendas que são importantes para as diversas regiões do nosso estado. Para o ano de 2024, o enfoque das emendas, a despesa, então aquela de um milhão, que o Deputado Romanelli veio aqui e falou da inovação, será o repasse de recursos para organizações das sociedades civis que prestem serviços de utilidade pública em específico às Apaes, às comunidades terapêuticas, asilos e hospitais filantrópicos. Isso é um acordo que nós fizemos, porque temos obviamente a grande dificuldade de enviar recurso para essa finalidade no nosso orçamento, e que esse acordo, portanto, de R\$ 501 milhões fosse destinado a essa finalidade, Deputado Tercilio, para essa finalidade então para atender as Apaes. O Deputado Bazana que faz um trabalho junto às Apaes também sempre vem reivindicando essa demanda. Então, aqui estamos respondendo às demandas antigas desta Casa. Deputados e Deputadas que sempre falaram: É importante que pudéssemos enviar, Deputado Arilson, recursos para essa finalidade também. Então, estamos falando de Apaes, comunidades terapêuticas, asilos e hospitais filantrópicos. O objetivo é o Legislativo Paranaense apoiar o importante trabalho realizado por essas entidades, com recursos destinados à compra de bens de capital, como máquinas, veículos e eletrodomésticos necessários ao desenvolvimento de suas atividades. As emendas ao conteúdo programático, acabei também de explicar, e as emendas ao texto da lei que também já elucidamos. Procedimentos e prazo de emendas. Tanto as emendas de despesa quanto as emendas de texto devem ser feitas pelo sistema de controle de emendas orçamentárias que todos já conhecem, já as emendas coletivas devem ser encaminhadas via SEI, o sistema, também, para a comissão de orçamento com a assinatura dos Deputados proponentes. O prazo para o cadastro e envio das emendas para a Comissão de Orçamento é até o dia 20 de novembro. Acabei de atender aqui o Deputado Marcel me perguntado do prazo, o Tercilio, o pessoal perguntando do prazo. Então, está aqui: 20 de novembro é o prazo para que possamos encaminhar as emendas ao orçamento, e a PPA também. Então, muito obrigado. Boa tarde. Eu espero que também

possamos tornar este momento agradável e de mais aproximação da comissão de orçamento da Assembleia Legislativa com os senhores e as senhoras. Boa tarde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Bom, uma vez tendo ouvido o Deputado Evandro, que é o Relator do Orçamento, é importante que os Sr.^s Deputados fixem essa data de 20 de novembro para a apresentação de emendas, e que elas possam ser analisadas e inseridas tanto no Plano Plurianual quanto na LOA, para que possamos votar aí essas duas mensagens no início do mês de dezembro. Concedo a palavra ao Deputado Guto Silva, Secretário de Planejamento.

SECRETÁRIO GUTO SILVA: Muito obrigado, Presidente Traiano. Quero cumprimentar aqui todos os Parlamentares, Deputados, Deputadas, saudar de forma muito especial o Deputado Romanelli, Presidente da Comissão e, também, o Deputado Evandro Araújo, que é o Relator da peça orçamentária. Permitam-me cumprimentar aqui também as lideranças que estão aqui, saudar aqui o Diretor de Planejamento, o Breno, e estender, Breno, também uma saudação ao João Giona que está lá agora na Secretaria de Educação, mas também participou ativamente desse processo; nosso Chefe de gabinete Rodrigo Pina. Quero saudar o Thiago de Angelis e, em seu nome, cumprimentar toda a equipe do Planejamento. Saudar aqui a Márcia do Valle, representando a Secretaria da Fazenda; os nossos Desembargadores aqui, o Desembargador Fabiani e o Costa Neto, representando aqui o nosso Tribunal de Justiça. Saudar aqui a Defensoria, a Fiep, Faciap, enfim, a todas as entidades. Cumprimentar o Rogério Lorenzetti, nosso Superintendente de Articulação, também a Keli Guimarães que faz um trabalho importante com os indicadores, e esse trabalho do PPA é extremamente importante nesse sentido. E gostaria, antes de iniciar a minha fala, Presidente Traiano, fazer um reconhecimento à Assembleia Legislativa e, sobretudo, ao trabalho do Deputado Romanelli e Evandro que, junto com a Secretaria do Planejamento, percorreram diversos municípios do Paraná. E o processo de escuta é tão óbvio, é tão básico, mas também ficamos surpreendidos que nunca se discutiu um PPA como deve ser discutido. Estamos falando aqui de um orçamento de R\$ 270 bilhões. Vou repetir: R\$ 270 bilhões. Nós acreditamos, essa foi a tratativa, Presidente, junto com o

Deputado Romanelli e o Evandro, que não era justo, não era inteligente você desenhar um orçamento sem poder minimamente ouvir a população do Paraná, sem minimamente construir esse arcabouço orçamentário, sem poder compartilhar com a população do Paraná. E assim nós o fizemos, percorremos diversos municípios, teve consultas públicas, diversas iniciativas, ponderações, sugestões, que foram acolhidos nesta peça orçamentária, e agora o trâmite de votação na Assembleia, de debate na votação na Assembleia. E eu peço, então, aos Deputados e Deputadas que olhem com muito carinho todo esse orçamento. Obviamente estamos abertos para aperfeiçoamento, acho que a peça orçamentária agora com componente político vai permitir novos recortes sobre o futuro do Paraná. E o que nós estamos discutindo é o PPA e, às vezes, é um nome até difícil, Plano Plurianual, mas é o orçamento para os próximos quatro anos. E o orçamento é feito de escolha, o orçamento não é neutro, nesse orçamento PPA está apresentada as escolhas do Poder Executivo, as prioridades do Poder Executivo, e o que esperamos agora é um bom debate acerca do futuro do Paraná. Temos dito uma frase, Presidente, que é: Quem tem planejamento tem futuro. Quem não tem planejamento tem destino, e incerto. O Paraná não pode ter destino incerto, não é, Deputado Goura, Deputada Cloara, precisamos de mecanismos maduros para poder projetar o futuro do Estado do Paraná. E nesse caso, a peça orçamentária dá um rumo, dá uma diretriz, como o Deputado Romanelli apontou, dá uma bússola para onde estão ocorrendo os investimentos. Eu vou passar aqui rapidamente para poder fazer essa abordagem, mas gostaria apenas, de forma muito didática, explicar um pouco dessa nova estruturação do PPA. E aqui uma frase que gosto muito: É muito fácil fazer planejamento sem escutar as pessoas. Sentado aqui no Centro Cívico, meia dúzia de técnicos, definindo para onde vai o recurso e os interesses do Paraná. O processo de escuta é doloroso, ele é complexo, ele é difícil, mas ele é importante. E de fato temos um orçamento participativo que será agora aperfeiçoado, enriquecido com o debate pela Assembleia Legislativa do Paraná. E essa é um pouco da visão que temos no Brasil, esse péssimo cacoete de olhar muito da perspectiva eleitoral. Importamos da OCDE a LOA e a LDO, que são instrumentos importantes, em um

horizonte curto, mas não importamos o mais vital, que são os instrumentos de médio e longo prazo. Então, se pegar na tradição brasileira, temos um péssimo cacoete de não ter um instrumento robusto a longo prazo, e o que estamos fazendo aqui com a Assembleia é justamente essa possibilidade. Debater um pouco mais o futuro, ultrapassar a questão de um Governo ou de outro Governo, para que tenhamos, de verdade, políticas públicas de Estado para que possamos avançar como sociedade. E de forma muito consistente, esse é um orçamento que não é um orçamento do Governo do Paraná, esse é o orçamento do Estado. Então, aperfeiçoamos também indicadores aqui com o Tribunal de Justiça, com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público, com a própria Assembleia Legislativa, porque muitas vezes quando olhamos o desempenho do Estado, o ranking dos Estados, ele não olha só o indicador do Governo do Paraná, ele olha também das instituições. Então, não adianta o Estado trazer uma nova abordagem, medindo com indicadores, avaliando desempenho, se também os outros demais órgãos não os têm. Então, de uma forma inovadora também o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a própria Assembleia, vamos ter um recorte para poder monitorar esses indicadores e ter uma melhor qualidade do gasto. Eu gostaria apenas de compartilhar esse dado - esse é lógico que trabalhando na perspectiva orçamentária, e o nosso olhar é a longo prazo. Esses dois primeiros anos estamos reorganizando o planejamento estratégico do Governo do Paraná, e no terceiro e quarto ano vamos avançar para ter *masterplan*, um planejamento de Estado, dialogado com a sociedade, com as entidades, com toda a pluralidade do Estado, para que possamos ter um *masterplan*, e de fato uma diretriz para que possa facilitar que os novos governantes tenham novas possibilidades, mecanismos para poder governar. E aqui, de uma forma muito sucinta, isso aqui é um instrumento que é mutável, se entrar um governante com um outro olhar, ele tem liberdade para mudar, mas ele vai recepcionar, vai receber um instrumento duradouro, longo prazo, de 15, 20 anos, para poder balizar esse trabalho. Aqui um pouco da nossa jornada. E aqui é importante enaltecer, Presidente Traiano, foi muita gente envolvida nesse processo, as Secretarias, os próprios poderes, tem muito técnico que participou

ativamente desse processo, não é Thiago, e de fato inúmeras reuniões, porque tratar de orçamento que é uma ficção, e tentar trazê-lo para algo palatável, que de fato vai trazer benefícios à população é complexo. Por isso, a técnica é sempre predominante nesse processo. E, conseqüentemente, a Márcia está aqui, não tem como cuidar das pessoas se não cuidar do orçamento. Só cuida de gente quem cuida dos números, quem cuida do dinheiro. O que tratamos de inserir nesse novo Plano Plurianual é o que estamos chamando de “qualidade do gasto”. Queremos acompanhar a qualidade do gasto, não é, Romanelli? Debates muito sobre isso, sobre isso com o Deputado Romanelli, porque temos indicadores, temos métricas, mas aquele gasto é bom ou ruim? A sociedade tem o direito de opinar, de poder avaliar aquela política pública, de poder também contribuir com suas escolhas. Então, essa nova roupagem dessa gestão por resultados trouxe uma facilidade, uma ampliação desses mecanismos, e aqui vou trazer para a Bancada de Oposição, vai ajudar até a Oposição a fiscalizar os indicadores. Vamos ter um rol de instrumentos que vai facilitar o processo de fiscalização, vai também facilitar o acompanhamento de gestão. Isso é um instrumento de gestão que é bom para todos, que é bom para o Estado do Paraná. Então, esse é o objetivo dessa nova lógica de olhar ao longo prazo, de uma perspectiva avançada. E aqui, de forma muito contundente, queria trazer aos senhores aqui algumas marcações. Chamamos de marcações o seguinte: plano de Governo está dentro do PPA; ranking de competitividade está dentro do PPA; indicadores da OCDE está dentro do PPA. Uma série de indicadores que apontam eficiência da máquina pública, atendimento à saúde, à educação vão estar agora de uma forma sistematizada, organizada, para que o gestor público e a população possam acompanhar se aquela meta está sendo cumprida ou não. É lógico que você pode aperfeiçoar a meta, você pode modificar, mas de fato agora vamos ter em um painel de controle a possibilidade de acompanhar, de ver efetivamente se a política pública está bem organizada. São objetivos mais claros, porque quando você não determina qual o objetivo e a meta tudo é aceitável. A partir do momento que você se sistematiza quais são as metas, quais são os indicadores você dá publicidade, você compartilha com a sociedade, com o mundo político, com os órgãos de controle e

isso permite um debate mais aprofundado do PPA. A questão do Iparde também, temos que fazer um reconhecimento, temos um grande órgão no Paraná, que é o Iparde, com muita gente qualificada, com muita ciência. Sempre recomendo quem queira aproveitar a consistência, os números do Iparde, ele nos ajuda poder formatar política pública, nos ajuda podermos discutir melhor o gasto público. Então, tudo isso avançamos nesse sentido. E aqui, de forma muito rápida, também não vou ficar me alongando nos números, estamos tratando de 1.169 entregas. São 1.169 produtos que vamos medir, vamos acompanhar. É um salto exponencial. E aqui está um pouco o balanço e como foi construída essa questão, desde as consultas públicas, com a participação aqui da Assembleia, mais de 225 municípios fisicamente participaram ou seus representantes, muitas propostas, muito diagnóstico, árvore de problema, os programas finalísticos, tudo isso foi debatido à exaustão para que pudéssemos trazer a esta Casa de Leis um instrumento robusto, um instrumento de olhar a longo prazo e um instrumento onde os Deputados terão aqui, agora, essa possibilidade, junto com o Poder Executivo, de desenhar o futuro do Paraná. Então, de fato, temos um PPA maduro e, conseqüentemente, quem ganha com esse processo é a população do Paraná. E aqui é apenas um recorte do comparativo de como estávamos em 2012, 2016, 2020, o volume das entregas. No campo azul temos aqui o volume de entregas. Significa que vamos medir essas ações, vamos acompanhar ação por ação. Isso vai dar um melhor desempenho de gestão, melhor desempenho de diagnóstico daquela política pública, melhor desempenho do gasto, bem como a questão dos programas e indicadores. Estamos falando de 202 programas e, anteriormente, tínhamos 36 programas, que vamos medir a *Pari passu* com toda essa equipe do Planejamento, para que possamos trazer esse avanço. E aqui, Presidente Traiano, uma fala que debatemos muito com o Deputado Romanelli, com o Deputado Evandro, que é sobre a qualidade de gasto. E há um processo de ressignificação do orçamento, do planejamento no Brasil, porque muito tempo o planejamento ficou ao léu. O Brasil é tão incerto politicamente, tão incerto do ponto de vista econômico que é difícil ter um olhar ao longo prazo, mas percebemos isso em nível nacional, estadual, os municípios. Há um movimento muito forte de discutir

as peças orçamentárias, de aperfeiçoar as peças orçamentárias para não ficar só a Assembleia votando suplementação, as Câmaras Municipais, o próprio Congresso Nacional, mas que possamos aprofundar, avaliar, mergulhar nesses indicadores, nesses números e acompanhar o melhor uso do gasto público. Então, esse processo de qualidade do gasto é um assunto que debatemos muito com o Deputado Romanelli e, também, com o Deputado Evandro Araújo, eles vão poder permear todo o debate aqui na nossa Assembleia Legislativa do Paraná. Aqui já mencionei um pouco das marcações. Isso tudo vai estar dentro do PPA - as marcações – se aquela entrega diz respeito ao ranking de competitividade, se diz respeito à OCDE, se diz respeito ao plano de governo. Isso tudo vai facilitar o trabalho nosso e, conseqüentemente, da sociedade poder fazer esse acompanhamento. Aqui está pulando mais rápido do que eu, mas vamos lá. Por último, esses são os recortes. E agora tem uma inovação importante. Pela primeira vez o nosso orçamento vai ter um recorte de gênero e raça, com indicadores muito concretos, porque a questão de gênero e raça muitas vezes fica muito volátil, muito se discute, mas, efetivamente, qual a política pública que melhora a condição de gênero? Que melhora a condição de igualdade racial? Então, essa é uma grande inovação. Tivemos a possibilidade de debater internamente, discutir muitos indicadores, de uma forma inédita vamos poder agora ter um recorte dentro do orçamento para poder absorver e poder discutir essa questão de gênero e raça. No mais, Presidente, queria aqui agradecer a atenção de todos. Agradecer enormemente a participação ativa do Deputado Romanelli, com estrelas para o Deputado Romanelli e o Deputado Evandro e, com muita franqueza, a experiência de ambos os Parlamentares ajudou a enriquecermos demais esse Plano Plurianual, que não é feito a duas mãos, não é só feito pelo Planejamento, a nossa equipe aqui representada, mas ele foi construído com todos os órgãos dos Governo, com as indiretas, com os próprios Poderes e, de fato, temos um instrumento agora poderoso de Estado. Quem quer que seja o próximo governante vai ter um instrumento robusto que vai ajudar a mapear o futuro, que vai poder colaborar com essa construção, porque aqui as diferenças políticas entre Bancada de Oposição termina na rua, quando temos que

atender a população de uma forma consistente. E agora protocolamos e, então, iniciamos hoje este debate importante, e estamos aqui abertos a todas as contribuições dos Deputados para poder fazer as emendas. E, de fato, agora, Presidente Traiano, vamos ter um recorte político, porque os Parlamentares, aqui estou matando a saudade desta Casa, junto com o Tadeu Veneri, nosso Deputado que está aqui com a gente hoje, o Deputado tem uma forma muito clara, o Deputado e a Deputada, qual a necessidade de cada cidade, de cada região, porque ele anda muito pelo Paraná, ele tem na pele essa sensibilidade de poder fazer esse recorte. Então, o orçamento precisa ter esse debate e o olhar muito criterioso dos Deputados, que vão inserir qualquer lacuna que não foi observada pelas regiões ou pelas cidades. O Deputado sabe exatamente quais são as obras de impacto, o que precisa determinada região. E agora nosso papel é poder equilibrar, junto com a Comissão, com o Deputado Evandro, que será o Relator, e o Deputado Romanelli, equilibrar um orçamento com um olhar a longo prazo. E aqui, como forma muito contundente, sempre colocamos de forma filosófica, que o para-brisa é maior que o retrovisor. O retrovisor permite olharmos para o passado, para não errar, mas há uma série de possibilidades de podermos deixar a máquina pública mais eficiente, melhorar a análise dos números e, de uma forma muito sucinta, ter gestão. E os indicadores dão possibilidade de administrar melhor. Os indicadores, os números não mentem. Então, eles permitem podermos tatear e entregar um plano onde qualquer cidadão paranaense, seja de uma pequena cidade ou um jovem aqui de um grande centro, possa estar contemplado no orçamento de médio e longo prazos do Estado do Paraná. Então, Presidente, muito obrigado pela possibilidade. Cumprimentar aqui meus colegas, o Deputado Romanelli e o Deputado Evandro que percorreram o Paraná com a gente. E estamos muito felizes com esse resultado final, do ponto de vista do Executivo. Agora, naturalmente, a bola está com a Assembleia para que possamos aprimorar e aperfeiçoar esse instrumento, que é um instrumento que pensa e olha para o futuro do Paraná. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, pela ordem.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, primeiro agradecer ao Secretário Guto Silva pela apresentação e, como ele disse, pela parceria. Nós pudemos inovar. Estamos em um ano de inovação aqui na Casa, a Assembleia Itinerante visitando as regiões do Estado, esse conjunto de audiências públicas que temos realizado, e muito especialmente esta, que debate o nosso futuro debatendo o Plano Plurianual e, claro, por conseguinte, também, acaba sendo debatido a LOA. Vamos inserir, apenas para comunicar, Sr. Presidente, que é o objetivo da Comissão de Orçamento inserir um dispositivo no Projeto de Lei do PPA, para que possamos tornar obrigatório, como é hoje já no caso das prestações quadrimestrais da Secretaria da Fazenda, que é previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que possamos semestralmente ter a Secretaria do Planejamento fazendo uma prestação de contas sobre a execução do PPA, aqui na Assembleia Legislativa, no âmbito, claro, da Comissão de Orçamento, mas aberta a quem interessar. Então, vai ser um dispositivo nesse objetivo que foi muito bem dito pelo Secretário de Planejamento Guto Silva, de poder termos uma ferramenta robusta de planejamento no Estado e de acompanhamento, porque esses marcadores, esses objetivos que temos traçados de poder ter os indicadores, isso vai mudar a qualidade do gasto na gestão pública, dando muito mais ferramenta para o Poder Executivo fiscalizar a própria estrutura governamental e, também, claro, os demais órgãos do Estado e, também, os outros Poderes – o Judiciário, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Defensoria pública. Todos naturalmente serão objeto de podermos de fato aprofundar essa relação custo/benefício de quanto que gastamos na execução de cada política pública e como está sendo executada. Então, vamos transformar isso como uma norma obrigatória, agradecendo mais uma vez o Secretário Guto Silva.

SECRETÁRIO GUTO SILVA: Obrigado, Deputado Romanelli. Vejo com ótimos olhos termos um ambiente permanente para avaliar a questão orçamentária, a qualidade do gasto. Muitas vezes olhamos só a composição do gasto e da receita, mas não olhamos a qualidade do gasto. Acho que esse é um instrumento, Deputado Romanelli, muito eficaz. Permita-me fazer uma provocação aos

Parlamentares que estão aqui? E como parlamentar que fui acho que me sinto confortável para fazê-lo. Alguns Estados Brasileiros estão inserindo na sua Constituição, por instrumento de Lei, por uma PEC, o planejamento a longo prazo. E aqui faço a reflexão porque o Poder Executivo propor ao Parlamento muitas vezes pode ter uma distorção, um entendimento ideológico diferente que pode jogar água nesse projeto. Mas queria trazer este debate rapidamente aos Parlamentares, acho que é legítimo esta Casa fazer esta reflexão, porque a LOA e a LDO são instrumentos de curto prazo, planejamento a curto prazo. Nós temos Lei. O PPA é um instrumento de médio prazo, é um orçamento dos quatro anos e, também, temos lei. Mas quando falamos em planejamento de 15, 20 anos, não temos absolutamente nenhum instrumento. Então, acredito que possa ser fruto também desse debate do PPA. Por que não a própria Assembleia provocar isso? Não quero impor um conceito, uma ideia, porque tem que ser orgânico e ter a compreensão que, de fato, possa ser bom. Acho que temos instrumento para amadurecer esse olhar de longo prazo no Estado, porque o Estado permanece. Nós todos somos fugazes, somos transitórios, o Paraná está aqui. Independente da linha ideológica, independente do Governador, independente dos Deputados, o Estado permanece. Por que não uma PEC prevendo um instrumento robusto de planejamento a longo prazo, planejamento de Estado em processo constitucional. Então, fica aqui a minha sugestão para naturalmente aperfeiçoar e debater, mas acredito que seria uma grande iniciativa e que seja realizada por parte do Parlamento, porque o Estado propor já vai aparecer: *Ah, o Governador quer pôr o trilho para frente*. Não, acho um debate importante, se tiver conforto nesse sentido fica a sugestão que pode enriquecer muito esse processo de olhar a longo prazo.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Deputado Goura me pede a palavra, na sequência o Deputado Evandro. Pode ser?

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Depois gostaria de usar a palavra, Sr. Presidente.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Presidente. Secretário Guto Silva, minhas saudações a ti, a toda a equipe aqui do Governo presente das diversas Secretarias. Secretário, acho que duas questões: primeiro parabenizar a apresentação. Também queria fazer coro e parabenizar o Deputado Romanelli, que era um dos pedidos que eu ia fazer, que justamente essa apresentação do PPA com indicadores fosse feita aqui, na Assembleia. Então, acho que me somo aos esforços que V.Ex.^a traz aqui, já de forma pública. Mas queria fazer dois pontos, Secretário Guto Silva. Primeiro em relação às emergências climáticas. Nós estamos falando, vivenciando as mudanças climáticas de forma muito intensa, e isso requer justamente uma ação legislativa robusta que dê conta do enfrentamento que nós, infelizmente, vamos ter que ter nos próximos quatro anos e depois também. Acho que vamos nos debruçar sobre o PPA aqui, na Assembleia, mas já deixar de antemão essa colocação, porque as situações que estamos vivenciando, de acordo com todas as previsões, vão ser mais frequentes e mais intensas. Então, recursos para realocação de famílias em áreas de risco, para redução de danos, para habitação, para recuperação das coberturas florestais do nosso estado tudo isso é muito importante. O segundo ponto que queria colocar, Secretário Guto Silva, é em relação às áreas do nosso estado com menor IDH – que precisam de mais apoio do Estado. Aqui vou mencionar o Vale do Ribeira, em especial os municípios do Vale do Ribeira e, também, o Município de Guaraqueçaba. É uma luta aqui desta Casa de muito tempo a pavimentação da PR-405, que é a única via de acesso terrestre ao Município de Guaraqueçaba. Falava aqui a V.Ex.^a sobre o Superagui, que é o principal atrativo turístico do Município de Guaraqueçaba, com mais de mil pessoas que moram lá, Deputado Arilson, e não tem um trapiche para os turistas e muito menos para os moradores. Então, a pessoa que vai visitar, que vive no Superagui - diga-se de passagem, talvez a mais bela praia do nosso Litoral - precisam descer do barco na água. Estamos falando de idosos, de pessoas com deficiência. Então, ações assim com esse olhar mais sensível do Governo do Estado justamente em regiões mais carentes. Acho que isso também tem que estar colocado no nosso PPA. No mais,

acho que o nosso compromisso aqui é de estudar e dentro do prazo, também, fazer as inclusões e as sugestões necessárias. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Evandro, por favor.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, só quero brevemente, primeiro, ressaltar com os Deputados e Deputadas aqui o prazo do dia 20 de novembro, que é o prazo portanto para encaminhar as emendas pelo Sistema, emendas da despesa, aquelas emendas no valor de um milhão, até um R\$ 1 milhão, destinadas para Apaes, hospitais filantrópicos, comunidades terapêuticas e centros de cuidado de idosos. Então, só ressaltar isso. Apenas também concordar com o Deputado Guto quando fala da necessidade de um instrumento de planejamento mais a longo prazo. Só lembrar que nos municípios o Plano Diretor cumpre parte dessa função e nós não temos no Estado um plano diretor. Claro que estamos falando de leis de uso e ocupação de solo, que são questões próprias dos municípios, mas faz todo sentido que tenhamos um instrumento de planejamento que ultrapasse os quatro anos, quer dizer, pensando o Paraná e para o futuro.

SECRETÁRIO GUTO SILVA: Deputado Evandro, então está lançada a semente aqui de debate, acho que é importante amadurecer um conceito. E respondendo ao Deputado Goura de forma muito sucinta: a questão de mudança climática muitas vezes vamos ancorar na ciência para fazer uma avaliação mais profunda dessa realidade. Aqui um dado curioso: o Paraná na sua média chove 1.500 mm em média, algumas regiões do Litoral 1.700, Região Noroeste um pouco menos, mais a média paranaense é de 1.500 mm. Qual é a grande diferença isso mensurado? É que esses 1.500 mm não têm mais um espaçamento, ele chovia em 12 meses de uma forma mais proporcional. Agora está chovendo 400, 500 mm em apenas um mês. Então, esses eventos serão cada vez mais frequentes, o Estado precisa estar atento e a resposta que a população espera do Estado - quando fala Estado, estou falando do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Poder Executivo -, são respostas mais ágeis e mais contundentes. Uma delas foi

votada pelos Sr.^s Deputados e Deputadas e sancionada, que é a questão da transferência de recursos. Está previsto no PPA um fundo de mudanças climáticas. Podemos nos encontrar e também elaborar com profundidade, dar uma recheada nesse fundo. E é importante dizer que há um movimento ,muito forte das Defesas Cíveis dos Estados do Sul em poder unificar um pouco as ações, porque geralmente não é como aconteceu agora, nesse episódio, mas geralmente o Rio Grande do Sul está sofrendo, o Paraná não, Santa Catarina tem complicações. Por que não termos um instrumento subnacional que permita mais flexibilidade de podermos apoiar um ou outro Estado nesses momentos de tanta dificuldade? Mas, de fato, esse é um recorte que temos que estar atentos, até porque o Estado do Paraná, pelo ranking de competitividade, é o Estado mais sustentável. Há toda uma matriz do agro focada no Selo de Sustentabilidade e é importante que possamos ter mecanismos aliados à preservação, à questão da sustentabilidade, mas, sobretudo, com instrumentos robustos para poder antever problemas climáticos e, sobretudo, facilitar as respostas dadas à população. E a questão do IDH vamos lançar ainda neste final de ano um programa. Nós vamos tratar os 30 municípios com menos IDH, porque quando fazemos um recorte de IDH – e aqui só fazer uma reflexão com os Deputados – estamos acompanhando de forma sistemática a questão do IBGE, o lançamento dos dados do IBGE. Um recorte que é importante que os Parlamentares coloquem como quase um mantra: nós envelhecemos. A população do Paraná está envelhecendo. Então, o olhar sobre a área social, que muito dessa população está fora do seguro social, e o olhar para área de saúde, vão requerer um olhar orçamentário mais aprimorado pelo envelhecimento da nossa população. O Paraná envelheceu. A população aumentou, mas envelheceu. Então, esse recorte de envelhecimento dos serviços sociais e saúde serão um debate permanente daqui adiante, será um debate permanente. E quando olhamos a questão do IDH estamos ansiosos esperando agora o recorte do IBGE, porque temos convicção como melhorou nossa educação, o ensino médio, assim como a questão de renda e o PIB, que o Paraná passou o Rio Grande do Sul, como a questão de saúde que a expectativa aumentou. Então, temos convicção que o IDH do Paraná melhorou. Significa que

cremos, mas desenvolvemos. O Paraná melhorou o seu desenvolvimento e isso vai ser tratado no próximo IDH. Entretanto, não é possível um Estado próspero, rico, ter ainda bolsões de pobreza, como é o Vale do Ribeira, alguns recortes do Litoral, a questão da região de Telêmaco Borba, a questão da Cantuquiriguaçu. Então, quando olhamos o IDH de uma forma substancial, Deputado Goura, o problema não é a educação e nem a saúde, é a renda. Então, temos esse diagnóstico e o Governador vai lançar agora, possivelmente no início de dezembro, um programa combinando área industrial, barracão, estufa, uma série de programas econômico-sociais para poder melhorar a renda nesses municípios e poder atacar o problema na raiz, que é o problema de renda dos municípios mais empobrecidos do Paraná.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Na sequência, Deputado Corti, depois Arilson e V.Ex.^a.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Presidente, Deputada Márcia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputada. Deputado Corti.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, temos visto a satisfação com que o Secretário Guto Silva foi recebido nesta Casa, sua Casa, e ao recebê-lo saudar a toda sua equipe, que faz musculatura na Secretaria do Planejamento. Parabenizar o seu trabalho, que inova quando discute com a comunidade, região por região no Estado do Paraná. Nós tivemos a felicidade de acompanhá-lo e a sua equipe no Sudoeste, em Pato Branco e Francisco Beltrão, e tanto o Deputado quanto o Prefeito ele é muito mais ligado, por óbvio, em questões pontuais: a liberação do recurso de pronto e imediato para dar cobertura a uma despesa, porque é isto também um dos papéis dos representantes da comunidade. O Plano Plurianual é uma peça já antiga no Brasil, acho que nasceu com a Constituição em 88. É uma peça que já completa algum tempo de existência. Por outro lado, eu que já fui Prefeito, os municípios acabam, com raras exceções, fazendo quem sabe uma implantação sem uma maior discussão com a comunidade. Eu preciso

fazer esse elogio pela iniciativa, preciso fazer um elogio pela participação da comunidade, das nossas lideranças, dos Prefeitos, dos Deputados e o que aquilo, Guto, também serviu para poder irradiar em um processo de osmose, que o conhecimento e o soluto ele vai onde que tem mais para onde tem menos. Ao chegar no interior com essa ferramenta, fazendo essa discussão, por óbvio, acabamos estendendo isso para os nossos municípios, para que de maneira organizada comecemos a pensar os municípios para os próximos anos e tendo como consequência isso no Estado. O Estado avança muito, a comunidade avança muito. Aquilo que era insignificante ontem, hoje é a razão da existência e amanhã será seguramente algo que tenha uma robustez ainda maior. As cadeias de produção se alternam, mudam de tempo em tempo, a sociedade muda a opinião de tempo em tempo. Nós estamos vivendo situações hoje que ontem sequer imaginávamos. Vivemos hoje um tempo em que a agricultura está muito mais tecnificada, quem sabe, que muitas das situações pontuais da cidade. Então, assim, estamos vivendo outros momentos, outros tempos. Faço aqui reflexões. Demos entrada nesta Casa de Leis, na semana passada, porque o Paraná, que é o maior produtor de peixe do Brasil já em tanques-rede, começa a enfrentar problemas que ontem não tínhamos. Lá em São Jorge do Oeste, especificamente, que trabalha um projeto de tanques-rede e que a oscilação da liberação d'água tem sido algo tão pontual que coloca em risco a própria sobrevivência da cadeia nesse segmento, que por óbvio precisa de uma discussão com a comunidade. Puxo aqui pontos. Poderia puxar os mais diversos possíveis, mas me resta aqui declarar elogios a V.Ex.^a, a equipe e, obviamente, ao Governo do Estado, que coloca essa discussão como ferramenta de fazer o melhor Governo e fazer com que isso possa se traduzir, também, para os anos vindouros. Parabéns e estamos juntos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Deputado Guto me fala aqui, o Secretário, que ele fará a resposta na sequência, após a próxima pergunta. Registro a presença aqui na Casa da ex-Deputada Federal, por dois mandatos, Selma Schons, que está aqui presente, prestigiando a Assembleia Legislativa. E

também do vice-Prefeito de Santa Terezinha de Itaipu, o Vânio. Sejam bem-vindos.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, também quero falar na sequência, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Na sequência está inscrita, Deputada. Próximo Deputado, Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, Secretário Guto Silva, Deputados e Deputadas. Eu sempre sou um crítico, Deputado Guto Silva, aos descaminhos, aos desvios que o Governo, às vezes, tem na condução da política e dos programas, mas também sou uma pessoa que sei reconhecer os avanços que tem quando vemos coisas positivas, e a participação popular, a audiência pública, a forma de se pensar o longo prazo, são coisas pertinentes ao nosso pensamento político. O Governo Federal também fez um PPA nesses moldes, ouvindo os Estados, estive aqui na Assembleia dialogando e inovando. Eu pertenci a Secretaria de Planejamento por quatro anos, no último Governo do Ex-Governador Roberto Requião, e sempre exaltávamos a qualidade dos funcionários, dos servidores, mas também do nosso Ipardes. No começo do Governo Ratinho, fui um crítico assíduo ao plano de desenvolvimento contratado, ganhado ou o nome que seja dado - a Fundação Dom Cabral -, com todo respeito técnico, que não entende muito da realidade paranaense. Vossa Excelência sabe que o Ipardes, as universidades e outros órgãos estaduais que temos têm o pleno conhecimento da nossa economia, do nosso social, do nosso meio ambiente. Às vezes, os Governos anteriores a este e este – não vou entrar aqui no mérito político – esqueceram de consultar quem realmente tem a noção da realidade. Às vezes, um focava o aspecto econômico no nosso PPA, nas nossas leis e deixava o social; outro voltava mais para o social, esquecia o cultural ou às vezes não lembrava o cultural, deixava o meio ambiente, Deputado Goura, de fora. Mas chegou em um tempo que não podemos mais cometer isso. O olhar nosso tem que ser, sim, de longo prazo. E nós, concordo com V.Ex.^a, não temos um instrumento de longo prazo na literatura brasileira, nem em nível nacional, nem

municipal e nem estadual. Municipal às vezes quando tange ao código de postura, algumas o plano diretor, temos uma coisa mais a longo prazo, mas se pudermos discutir soluções de longo prazo estou à disposição, enquanto Parlamentar aqui nesta Casa, e quero louvar isso. Mas queria pegar dois pontos que não vi contidos na apresentação, que é a questão da subestimação da receita do Estado do Paraná que, pelo sexto ano consecutivo, o executado é muito maior do que o apresentado no PPA. Espero que corrijamos isso, porque temos aí superávits fantasiosos, temos excessos de arrecadação usados de forma livre pelo Governo muitas vezes e isso atrapalha nosso plano de longo prazo ou de médio prazo e, também, no curto prazo. Um outro ponto, Deputado, e quanto... Permita-me chamá-lo de Deputado, porque uma vez sendo, continua! Também temos a questão dos gastos do Estado. O gasto do Estado é previsto um determinado valor e não acontece, principalmente na questão da saúde, e às vezes recorremos para instrumentos para justificar gastos e atingimos pouco. E, como V.Ex.^a bem coloca, a longevidade do povo paranaense, graças a Deus, aumentou e vamos ter mais gastos na área social e na área da saúde pública. Se o Estado do Paraná hoje tem dificuldades de gastar, gastou até agora 10% ou 8,76 e pode chegar a 12% no final do ano, mas temos aí acumulado, de restos a pagar, um valor exorbitante – temos hoje na conta da Secretaria da Saúde, na última apresentação, R\$ 700 milhões do Governo Federal parados. Então, temos que ter esse olhar de qualidade do gasto, mas de efetividade. O Governo do Paraná, desculpe-me a franqueza, tem uma dificuldade imensa de execução orçamentária. E isto aqui é um alerta! Outros Governos também, o Governo Federal agora passa por um momento deste. Só que este Governo está com um ano e precisa corrigir isso, o Federal, e aqui já estamos indo para o quinto ou sexto ano. Então, a iniciativa de V.Ex.^a e da equipe é muito bem-vinda! Acho que se conseguirmos executar 10% de tudo isto já é um grande avanço, pela pouca ênfase dada às peças de administração pública de planejamento e de orçamento e este olhar para quem pensa em um Paraná de mais a longo prazo. Conte comigo no que eu puder contribuir neste debate.

SECRETÁRIO GUTO SILVA: Obrigado, Deputado Arilson e Deputado Corti, pelas contribuições. E aqui fazer só um recorte. Quando falo em ressignificação do planejamento, estivemos aqui com a Ministra Tebet discutindo o PPA também do Governo Federal. E a reflexão que fazemos é justamente essa: não adianta o Estado ter um PPA estruturado olhando para quatro anos, plural, se o Governo Federal não tem e se o município não tem. Ele vai sombrear as ações públicas - vamos muitas vezes o Governo Federal gastar na mesma política, o Governo do Estado na mesma política e os municípios na mesma política, porque os PPAs não dialogam, não conversam. Como é que vamos planejar o longo prazo se a discussão do recurso do orçamento é feita de forma independente? Então, quando amadurecemos avaliando o que o Governo Federal está fazendo, quais são as políticas públicas, para onde vão os recursos do PAC, analisando nos municípios como está sendo gasto o recurso público, isso nos dá garantia de qualidade do gasto. Então, discutimos sempre do ponto de vista da reforma tributária, que é um assunto palpitante e necessário, discutimos a receita e a distribuição para os entes federados, mas não discutimos o PPA de forma federativa! Então, como é que vamos olhar a longo prazo se não discutimos o PPA de forma federativa, não entendo o que município está fazendo e o Governo Federal? Então, acho que este é um momento diferente que estamos vivenciando. Estivemos várias vezes com a Ministra Tebet, temos feito este debate também os municípios da necessidade de não sombrear o recurso público. Ele é um só, ele é escasso, ele é complexo, não temos o direito de gastar duas vezes ou gastar mal. Então, este trabalho, quando fazemos também um debate aqui, Deputado Arilson, sobre a questão do orçamento ser subestimado, os indicadores vão permitir podermos aperfeiçoar este mecanismo. Porque do ponto de vista orçamentário cada vez que mando uma suplementação para esta Casa significa que foi mal elaborado o processo orçamentário! O nosso papel agora é justamente inverter essa lógica, aperfeiçoar os mecanismos de orçamento, que vão permitir à própria Secretaria da Fazenda ter um horizonte mais maduro sobre a qualidade do gasto e, sobretudo, ter uma análise verdadeira da qualidade do gasto. Então, as vossas ponderações e o Ipardes... Aqui me permitam colocar também mais uma semente, Deputado

Evandro e Deputado Romanelli, as instituições de ensino superior do Paraná, temos esta grande tradição, também devem participar dando ciência, junto com o Iparde, para este debate de planejamento a longo prazo. E, corroborando com a fala do Deputado Corti, de fato o Paraná caminha bem, o nosso PIB semestral cresceu 9%. Se o Paraná fosse um país, crescemos mais do que os Estados Unidos, do que a França, do que a Inglaterra, do que o Japão. Temos um ciclo virtuoso na economia. A nossa taxa de desemprego, Deputado Traiano, é 4,9%. É pleno emprego! Cresce economicamente. Agora, temos que ter esse olhar também do social, para que possamos melhorar os nossos indicadores. E um instrumento que quero chamar a atenção dos Parlamentares aqui é o *Paraná Produtivo*. O nome remete muito à economia, produtivo, mas é um ambiente onde temos no Paraná todas as regiões contempladas com governanças. E essas governanças, os Sr.^s Parlamentares conhecem cada região, são instrumentos muito consistentes para podermos errar menos também. Então, as governanças estão funcionando, são as entidades de cada região que estão lá discutindo, elaborando e podem auxiliar também os Deputados neste debate com as governanças regionais. Então, uma sugestão aos Deputados é que façam este diálogo com as governanças, para podermos aperfeiçoar este debate que é extremamente importante. Então, obrigado ao Deputado Corti e ao Deputado Arilson pelas contribuições.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Gugu.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Senhor Presidente, quero, em nome da Liderança do Governo, dar as boas-vindas ao nosso Secretário de Planejamento, nosso Deputado Guto Silva. Registrar aqui a nossa felicidade e os nossos cumprimentos pela brilhante apresentação, dele e da nossa Comissão de Orçamento, nas pessoas dos Deputados Romanelli e Evandro, e dizer da nossa satisfação de estarmos vivendo este momento tão especial no Estado do Paraná, não só buscando esse planejamento a médio e longo prazo, mas principalmente tendo o desprendimento de ouvir a nossa gente, de ouvir o nosso povo, a nossa gente que está lá na ponta. Tenho certeza de que a forma com que conduzimos este processo, Secretário Guto, vai diminuir e muito a nossa chance de errar nos

próximos passos. Então, deixar aqui registrados os nossos cumprimentos à sua equipe pelo brilhante trabalho, pela parceria com esta Casa, permitindo que esta Casa cumpra realmente com o seu papel, ajudando esta Casa a cumprir com o seu papel para a sociedade do Paraná. Então, é um momento de fato em que todos ficamos muito satisfeitos por ver o trabalho a ser desenvolvido. E também aproveitar a presença aqui da Márcia, hoje representando a nossa Secretaria da Fazenda, também registrar os nossos cumprimentos e a nossa saudação pela maneira brilhante com que a política fiscal tem sido conduzida no Paraná, principalmente nesses últimos cinco anos, de muita responsabilidade, tornando o nosso Estado do Paraná, sem dúvida nenhuma, um grande exemplo para todo o nosso Brasil. Parabéns, Guto. Parabéns ao nosso Governador Ratinho Júnior. Parabéns a toda a nossa equipe.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Márcia Huçulak, por favor, com a palavra.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimentar o nosso Secretário de Planejamento, Guto Silva, e toda a equipe que tão brilhantemente executou este trabalho. Sei que foi um trabalho que percorreu o Paraná, ouviu as pessoas e as demandas. No entanto, não posso deixar também de colocar algumas preocupações, Secretário. O planejamento é um esboço do futuro que desejamos e queremos, mas nem sempre ele acontece, porque ele não pode ser uma repetição do passado. Você bem pontuou a questão, que é muito cara para a área da saúde e a área social, do envelhecimento da população, e bem colocado pelo Deputado Arilson, que bom que o Paraná se destaca na questão do cuidado, porque o envelhecimento significa que temos aumento na expectativa de vida, queda da mortalidade, mas ao mesmo tempo temos um perfil de queda da natalidade, a taxa de fecundidade, menos crianças nascendo, e estamos falando de políticas públicas que não podemos fazer mais do mesmo. Não é repetir o passado, temos que pensar, tenho dito, fora do quadrado nesta questão. E quando falamos de envelhecimento, isso atinge duas políticas públicas importantes, que é a assistência social, bem colocado por você, e a saúde, mas que elas precisam se misturar, porque tem uma hora em que não sabemos o que

é mais onde para a saúde e onde começa a assistência social e onde um ou outro se encontram. E precisamos avançar nisto, Guto. Você é um cara inteligente e arrojado e estou fazendo uma provocação. Não vi no PPA claramente nos indicadores, debrucei-me sobre a minha área, que é a saúde, que é muito cara para mim, e a assistência social, e não enxergo e queria ter um alento, porque este fenômeno é galopante, tem arrasado, levado os municípios..., tenho sido procurada por Secretários Municipais da Saúde e da Assistência Social do grande desafio que é hoje este envelhecimento, e infelizmente a nossa população está envelhecendo empobrecida, o que demanda cuidados importantes. E aí uma outra pergunta, que fazemos uma projeção da renda e da receita em cima do padrão atual da composição dos impostos. Todos sabemos e faço parte, junto com o Deputado Evandro e o Romanelli, de uma Frente que está estudando a reforma tributária, e o que temos visto na reforma tributária é uma queda da arrecadação que abala os municípios nas políticas públicas, pelos estudos que fizemos. Como é que vocês estão vendo isso? Porque esta é uma preocupação que temos enquanto Parlamentares, porque afeta principalmente municípios de médio e grande porte. Então, esses seriam os meus dois questionamentos. E parabenizar pelo trabalho brilhantemente realizado e apresentado para nós de forma tão clara e importante para o nosso acompanhamento parlamentar.

SECRETÁRIO GUTO SILVA: Obrigado, Deputada Márcia. As considerações feitas pela senhora trazem uma reflexão que temos que fazer de forma emergencial. Se continuarmos crescendo, o Paraná, nos indicadores que estamos crescendo, vamos ter, em 15 ou 20 anos, um apagão de mão de obra, em função da baixa taxa de natalidade e do envelhecimento da população. Como disse anteriormente, o envelhecimento é muito bom, mas o Brasil está envelhecendo sem poupança. Não é só um mérito do Paraná, não é, Deputado Romanelli, falamos muito sobre isso! O Brasil envelhece sem os parâmetros dos europeus, que envelheceram com um nível de poupança elevada. Isso tudo vai recair nas peças orçamentárias do Estados, da União e dos Municípios, esse incremento da discussão orçamentária para a área social e a área da saúde, onde desemboca toda essa dificuldade ou todo esse ganho etário que estamos vivenciando. Uma curiosidade,

Deputada Márcia, temos dois reveses do mesmo problema, raízes do mesmo problema: nós envelhecemos e há um fluxo migratório das pequenas cidades para os médias e grandes centros. Isso faz com que os municípios grandes, os municípios-polo tenham mais demanda por infraestrutura de creche, de atendimento à saúde, de hospitais, assim por diante; e nos municípios pequenos, que geralmente o IDH é menor, temos que atacar com políticas públicas para melhorar o IDH do município pequeno, mas o problema está concentrado nos grandes centros, que demandam por novos equipamentos urbanos. Então, é uma reflexão orçamentária que temos que ponderar junto com a sociedade. E aceito a provocação, acho que é importante, Deputada Márcia, para podermos aperfeiçoar quem sabe os indicadores para medir as políticas públicas. Vamos ter um recorte que vai dar esse sinal, o que podemos aperfeiçoar. E a nossa proposição aqui, que está a equipe, está o Thiago de Angelis aqui e o Breno, que já estamos amadurecendo, é, quem sabe, já na próxima LOA e LDA, Márcia, já ter um recorte etário. Estamos falando de gênero e raça, mas vamos ter que, de uma forma emergencial, combinar esses indicadores etários para que possamos ter políticas públicas mais assertivas. E ao Deputado Gugu também agradecer, Deputado Gugu, sobre a sua fala. E, com todo o respeito ao Parlamento, Deputado Romanelli e Deputado Evandro, acho que extrapolamos a harmonia dos Poderes, estamos andando de mãos dadas de uma forma inédita, discutindo o orçamento por todo o Paraná, porque geralmente discutia o Poder Executivo e, agora, passa a bola para o Legislativo: *Agora vocês vão discutir*. Estamos discutindo lá e cá de forma simultânea e isso é extremamente importante e este é o olhar do Governador Ratinho Júnior, que tem pedido isso: *Vamos debater, vamos ouvir, vamos aperfeiçoar para termos de fato instrumentos duradouros e, a longo prazo, melhorar a vida dos paranaenses*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Mabel com a palavra.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde a todos. Boa tarde, Secretário e membros do Governo que estão aqui presentes. Quero também ressaltar, Secretário, a importância que foi discutir nas regiões o PPA. Falamos isso quando

esteve lá em Ponta Grossa, durante a reunião, porque são as regiões que precisam ter essa discussão para elencar aquilo que é mais importante, aquilo que precisamos fazer. Naquela ocasião falamos, por exemplo, sobre obras importantes, inclusive, lá na região dos Campos Gerais, PR-151, Contorno Norte, enfim, obras que precisam acontecer. E quero destacar mais uma vez a importância, Secretário, de o orçamento sensível de gênero, que o senhor já colocou aqui, que, enquanto Bancada Feminina da Assembleia Legislativa, na LOA já conseguimos aprovar duas emendas em relação a isso e vamos reapresentar outras também, porque é só com orçamento que de fato construímos políticas públicas que visem diminuir ou até acabar com a desigualdade que as nossas mulheres, infelizmente, passam todos os dias. Então, destacar mais uma vez a importância. Sabemos que os índices ainda são preocupantes, como foi colocado, mas, enquanto Bancada Feminina, também estaremos aqui à disposição para fazer essas emendas, construir essas emendas que possam beneficiar mais igualdade, paridade entre as mulheres paranaenses e os homens. Obrigada.

SECRETÁRIO GUTO SILVA: É a última contribuição, então vou aproveitar para responder a Deputada Mabel. Obrigado, Deputada Mabel. De fato, esse é um instrumento que vai permitir podermos ampliar o debate sobre a questão de gênero. Este é um assunto importante, mas, infelizmente, a questão de gênero está muito vinculada à violência contra as mulheres, que é um assunto que salta aos olhos e que precisa de política pública específica, mas, como bem mencionou, é muito mais amplo, vai muito além a discussão da questão de gênero, como cidadania, de renda, de alternativas de emprego, de igualdade. E isso tudo iniciamos um recorte para poder monitorar as políticas públicas. Porque muito se discute gênero, mas a pergunta que sempre fizemos do ponto de vista orçamentário: *Mas, o que foi feito? Qual é o programa? Para onde vai o recurso? O que foi feito? Qual é o resultado?* Porque falar de gênero é muito simples, é muito fácil, é um assunto palpitante hoje em dia. Mas a pergunta é justamente essa: Qual é a política pública que vamos poder mudar a situação, poder aperfeiçoar os indicadores? E tenho certeza de que V.Ex.^a participando deste

processo do PPA vai contribuir muito, porque sei que a nossa Bancada Feminina aqui é muito atuante. Mas, de fato precisamos aperfeiçoar os instrumentos para medir as políticas públicas no aspecto de gênero, no aspecto da mulher nas mais diferentes variáveis, não só na violência doméstica, que é importantíssimo, mas precisamos ampliar este debate para outras áreas da discussão de gênero e também de raça. Obrigado pela contribuição.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Até para contribuir, Secretário, é a capacitação. O que precisamos é preparar essas mulheres para o mercado de trabalho, para que elas tenham a emancipação financeira para diminuir esta violência que está aí. Então, acho que seria um bom programa a capacitação das mulheres.

SECRETÁRIO GUTO SILVA: Deputada Cristina, obrigado pela contribuição. E dentro do PPA tem um recorte que fala justamente de capacitação. Sabemos que a violência doméstica está vinculada à falta de capacitação, falta de emancipação financeira do cônjuge, e temos um desses indicadores que trata justamente disso, de podermos ter mecanismos perenes de capacitação, de aperfeiçoamento para emancipar financeiramente a mulher. E tenho convicção de que essa proposição dos Deputados Romanelli e Evandro de podermos acompanhar o PPA, acompanhar o gasto da política pública, vai auxiliar sobretudo as Deputadas, que têm esse olhar mais atento, e podermos acompanhar a efetividade dessas políticas públicas ou se tem a necessidade de mudar. Às vezes, você está gastando recursos em um programa que não tem efeito, não tem resultado! Então, acho que este é o debate, vamos recondicionar, vamos pôr em outro programa que está dando certo. Este debate que vai ser importante podermos fazer com a Bancada Feminina aqui na Assembleia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência agradece ao Deputado Guto, Secretário de Planejamento hoje, pela exposição brilhante e principalmente por permitir este debate aqui no Plenário da Casa, que acho que é algo inovador. Pelo menos enquanto aqui estou, é a primeira oportunidade em que se discute, trabalha-se um Plano Plurianual no Interior do

Paraná e, também, se abre a possibilidade desta discussão aqui na Assembleia Legislativa. Então, quero parabenizar os Deputados Romanelli e Evandro, que participaram desse processo, e a equipe da Secretaria de Planejamento. Mas, também gostaria de fazer uma sugestão, Deputado Guto, Secretário do Planejamento. Porque vejo aqui dentro deste processo de Visão 2030, moldando o futuro do Paraná, vejo aqui: *Nova Economia; ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável; Plano de Governo Global; Agenda Ambiental, Social e Governança; Transição Energética - vento, sol, biomassa, hidrogênio verde...* Estive na quarta-feira em uma discussão na Ocepar onde se tratou de um tema de sustentabilidade. O que observo na verdade hoje é que é muito bonito se falar nisso tudo, novas formas de sustentabilidade, energia limpa, biomassa, hidrogênio verde, agora não percebo, Deputado Guto, e não quero fazer uma crítica, mas acho que é um alerta, nenhuma política pública que trate das questões que estão já degradando o meio ambiente no Estado do Paraná. Temos muitas coisas aqui hoje que estão degradando o meio ambiente que estão nos lixões, que estão aí pelas próprias entidades que fazem arrecadação na cidade de lixo. Você vê lá os tubos, as embalagens de *catchup*, margarina, tudo isso vai para lixo. E o que se faz? Porque isso tudo vai para a natureza também e tantos outros exemplos. Por exemplo, a tampinha das garrafas, que a Assembleia através de uma campanha, aqui, uma iniciativa que não visa nada, mas é algo em que os hoje os donos de estabelecimentos de bares e restaurantes, todos eles brilham, porque você está arrecadando, mas não vejo nada de política pública nesse sentido, acho que é uma coisa para se pensar, porque na sustentabilidade é muito complexo o projeto. Acho que isso é uma iniciativa que também o governo tem que pensar naquilo que está degradando a natureza. Não apenas pensar em políticas novas, é fundamental. É fundamental! Mas acho que esse olhar tem que ter também.

SECRETÁRIO GUTO SILVA: Deputado Traiano, aceitamos a sugestão. Até fazer uma reflexão. O Paraná é o Estado mais sustentável do Brasil e temos muito para fazer. Isso é uma política federativa de apoio aos municípios, das regiões, do Governo Federal. É uma política que possamos de fato uma transformação dos resíduos sólidos, na questão dos lixões. Então, toda iniciativa é sempre

bem-vinda. Tem apenas um dado curioso no aspecto de reciclagem, que o senhor bem mencionou, o indicador do Brasil é 4% de receita do nosso resíduo, os índices europeus passam de 50%. Temos um universo amplo para debater e, de fato, esse é um debate vamos ter que sempre permear, sobretudo, a importância da sustentabilidade do Paraná. Apenas aproveitar o momento, Deputado Traiano, no mundo se fala muito sobre a questão de transição energética. Estive agora representando o Governador no Parlamento Europeu, em Bruxelas, e não se fala em outra questão a não ser transição energética. O Brasil já fez a sua transição energética, 98% da matriz energética do Paraná é limpa, 98%. A França é 43; a Alemanha, 47; a Inglaterra, 40%. O Brasil já fez o dever de casa. Agora, de um lado temos que encontrar uma narrativa de equilíbrio com sustentabilidade e com a economia. Estou falando do Brasil, o Estado do Paraná. De fato, temos que aperfeiçoar alguns mecanismos, como o Deputado Traiano, como o nosso Presidente sugeriu, aqui, de iniciativas com os municípios, práticas para podermos avançar. Falando sobre a Agenda 2030, preciso para finalizar, aqui, Traiano. A Agenda 2030, na verdade, é um grande plano de governo global, é uma diretriz global genérica e o mundo retroagiu. Todos os países retroagiram, não atingiram a meta 2030, a Agenda 2030. Então, é preciso também rever toda essa Agenda 2030, que muitas vezes está com conceito, isso e aquilo, mas na prática não aconteceu. Como é a questão dos resíduos, aqui, das tampinhas, que tem feito uma iniciativa na Assembleia. Então, esse é um debate que precisamos revisitar e, naturalmente, encontrar mecanismos para poder avançar como país, como território. A questão da sustentabilidade não é mais moda, não é mais conceitual. Ela é necessária tanto do ponto de vista econômico, tanto do ponto de vista social. É necessário que possamos fazer esse debate de forma permanente, com os Parlamntos, com a sociedade, mas, sobretudo, com ações efetivas para preservar o meio ambiente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, só para contribuir no debate, um minutinho. O nosso maior problema até hoje é entender o que significa sustentabilidade. É um conceito que ajuda a pensarmos em desenvolvimento, que

é muito além do que só o econômico, só o social e só o ambiental. É uma junção de outros patamares, que podemos chegar pela melhoria da vida, qualidade de vida, outros indicadores de bem-estar, etc. E é um importante ponto a fazer. Agora, Guto, transição energética quando temos esse conceito que V.Ex.^a tem, temos que fazer também, atentar para um ponto. O Paraná tem energia limpa, sim, mas temos que tomar muito cuidado com a questão do uso da água para energia, que é uma coisa que precisa ser aprofundada. Estamos em face a intempéries climáticas, que têm influência direta na construção de barragens, no acúmulo de água e quando elas acontecem estamos vendo o recorde disso. Então, quando falamos de energias novas, de outras fontes, é para nos desvencilharmos desse modelo que temos. Não que ele não seja importante, é claro que ele é menos danoso ao meio ambiente do que o fóssil, mas não podemos ficar reféns de uma cadeia produtiva de energia baseada só na hidrelétrica.

SECRETÁRIO GUTO SILVA: Apenas para concluir, Presidente. Estamos elaborando no Governo do Estado um plano hídrico. Nós precisamos ampliar reservatório, precisamos discutir o uso da água do ponto de vista de reservatório, de geração de energia. Estamos debatendo isso exaustivamente para poder, no ano que vem, consolidarmos um plano de recursos hídricos. Não é só das bacias hidrográficas, mas de transposição de bacias, vamos ter que começarmos já a pensar. A questão de irrigação é um assunto que o Governador tem colocado a energia. Então, de fato, o uso da água acho que é um grande debate que vamos ter no mundo. No Paraná, nossa vocação natural, o volume de água que temos, aqui, esse assunto é estratégico para o agro, para a indústria, mas, sobretudo, para a sociedade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, só para poder contribuir. Entendo que o debate é extremamente importante, até porque criamos aqui a Frente Parlamentar Municipalista. Todos sabemos que a política de resíduos sólidos tem que ser articulada pelo ente estatal. No Paraná tem uma lei, tem uma política estadual de recursos sólidos. É, inclusive, um dos temas tratados

pelas ODS, quando falamos da nova economia. O Governador Ratinho foi muito feliz quando definiu que as 17 ODS são um plano de governo global. Essa é a linha que segue o Governo do Paraná. Todos os programas estão vinculados. E, claro, o ESG e a transição energética são fatos relevantes que estão acontecendo. Agora, indiscutivelmente, temos desafios, porque as principais variáveis que hoje afetam diretamente a vida das pessoas nas cidades, pelo menos quatro delas. O que são as quatro delas? Que envolvem saneamento. É a água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem de água pluvial. São problemas complexos. Dois deles temos soluções que são economicamente viáveis, os outros dois de fato são mais complexos. Temos um problema grave mesmo na área dos resíduos sólidos no Paraná. O Governo tenta incentivar a criação dos consórcios públicos intermunicipais como solução do tema e tem tido dificuldades. Há uma certa resistência em relação a isso. Agora, indiscutivelmente, temos que avançar no debate, até porque a visão 2030 é justamente isso, de reduzir os impactos ambientais, ou seja, temos que tratar esses temas que estão piorando o nosso ambiente. Acho que esse é o grande tema. Só para concluir, Presidente, me permita, quero cumprimentar aqui publicamente o Secretário Guto Silva, que esteve recentemente fazendo algo inédito para nós paranaenses. Ele foi convidado e foi ao Parlamento Europeu para dar um ponto de vista do Estado do Paraná em relação à transição energética, em um debate com o Parlamento Europeu. Diga-se de passagem, falou fluentemente em inglês, o que dignificou, é claro, não só este Parlamento que ele já integrou, mas também o Governo do Paraná e nos representou dignamente em um fórum tão privilegiado quanto é o Parlamento Europeu. Parabéns, Deputado Guto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados e Deputadas, uma informação de interesse de todos. Teríamos Sessão na quarta-feira pela manhã, mas, em virtude de um programa que a Assembleia tem em parceria com o Ministério Público, que é o *Geração Atitude*, que era para acontecer amanhã pela manhã e tivemos um problema, o próprio Ministério Público solicitou que pudéssemos fazer na quarta-feira pela manhã. Portanto, amanhã vamos antecipar novamente a Sessão de quarta-feira, a Ordinária. Então,

teremos duas Sessões Ordinárias e mais uma Extraordinária, sem Sessão na quarta-feira.

Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para o dia de amanhã, à hora regimental, com mais uma **Sessão Ordinária** na sequência, antecipada de quarta-feira, e também uma **Sessão Extraordinária**, com as seguintes **Ordens do Dia**: **1.ª Sessão Ordinária** - Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 779/2021, 359/2022, 120/2023, 376/2023 e 705/2023, 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 687/2019 e 642/2023 e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 436/2023, 437/2023, 438/2023, 698/2023, 824/2023, 846/2023 e 893/2023; **2.ª Sessão Ordinária, antecipada de quarta-feira** - 3.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 687/2019 e 642/2023, 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 264/2022, 436/2023, 437/2023, 438/2023, 698/2023, 824/2023, 846/2023 e 893/2023 e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 545/2023 e 640/2023; e **Sessão Extraordinária** - 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 824/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h14, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)